

## ■ NACIONAL

# Preço no atacado faz IGP-M fechar abril em 1%

Professor da FGV diz que a alta não deve ser repassada ao varejo porque não há inflação de demanda, há escassez de oferta

Mônica Magravitá e Andrea Cordilli  
do Rio de Janeiro

A inflação em abril, medida pelo Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M), praticamente dobrou em relação a março, fechando o mês com uma variação de 1%, ante os 0,56% registrados em março. Não se trata de um fator sazonal, ao contrário. "Foi uma alta atípica", diz o chefe do Centro de Preços da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Paulo Sidney de Melo Cota. "Ocorreu, basicamente, por causa da estiação, que afetou os produtos agrícolas."

O comportamento fica evidenciado pela alta do Índice de Preços por Atacado (IPA), que responde por 60% do IGP-M. O IPA saiu de 0,65% em março para 1,24% em abril. Os preços agrícolas saltaram de 1,99% para 3,50% no mesmo período. Além da falta de chuvas, que afetou a agricultura, o aumento das exportações de carne, provocada pela doença da "vaca louca" e da febre aftosa, pressionou os preços internos.

Mas não foram só os reajustes no setor agropecuario os responsáveis pelo resultado do IPA. A indústria também promoveu uma alta de preços, em razão da desvalorização do real frente ao dólar.

Os preços dos bens de produção saltaram de 0,52% em março para 1,30% em abril. O dos bens de consumo, que compõem o IPA, saíram de 0,87% para 1,14% no mesmo.

Apesar do comportamento dos preços industriais, é pouco provável que a alta vá atingir, significativamente, os preços ao consumidor, calculado pelo IPC. No mês, o IPC oscilou 0,74%, pouco acima do resultado de 0,47% de março. Já o Índice Nacional de Custo da Construção caiu de 0,34% para 0,28% no mesmo período. "Não há inflação de demanda, há escassez de oferta, por isso não sei se a subida do IPA chegará ao varejo e se chegar, terá efeitos reduzidos", disse Cota. "As indústrias devem diminuir margens."

A elevação dos preços industriais

e agrícolas não é sinal de alta preocupante da inflação nos próximos meses medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), utilizado pelo Banco Central para a fixação das metas de inflação.

O exemplo de que essa relação entre atacado e varejo nem sempre existe de forma precisa, está na variação acumulada dos dois indicadores. No ano, o IPA acumula alta de 2,65%. Nos últimos 12 meses, o indicador ficou em 13,28%. A alta do IPC acumulada no ano foi de 2,28%. Nos últimos 12 meses, de 6,44%. O IGP-M acumula alta de 2,43% no ano e 10,44% nos últimos 12 meses. O Índice Nacional de Construção Civil (INCC) apresenta alta de 0,28%, abaixo da variação de 0,34% de março. Nos últimos 12 meses, o indicador ficou em 5,92%, e, no ano,

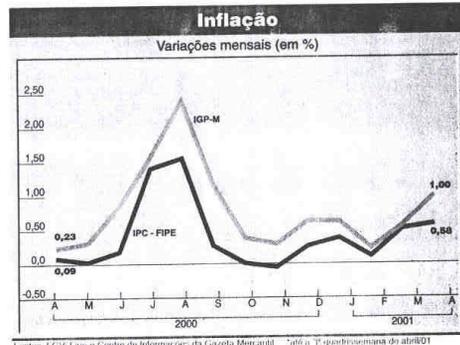
houve variação de 1,58%.

Ontem, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe/USP), também divulgou o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), apurado na terceira quadrissemana de abril, de 0,58% em São Paulo. Na pesquisa anterior, o indicador apresentou inflação de 0,51%. O aumento foi resultado, principalmente, da continuação do encarecimento dos alimentos. Com isso, o coordenador da pesquisa, Heron do Carmo, mudou a estimativa de inflação para o mês de 0,30% para 0,60%. Para o ano, a projeção continua em 4%.

O grupo alimentício registrou uma alta de 2,32%, 0,27 ponto percentual a mais em relação à apuração anterior. Os produtos in natura, mais uma vez, foram os grandes responsáveis pela alta, subindo 4,59%.

na primeira quadrissemana do mês, para 6,16% na segunda e agora para 7,25%. As maiores pressões desse item continuaram concentradas em poucos alimentos, como batata com variação de 22,56%, feijão, 15,93%, leite longa vida de 9,75% e frango de 5,27%.

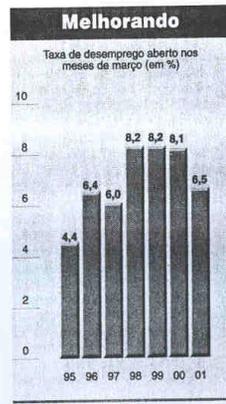
"Só esses quatro itens foram responsáveis por 0,27 ponto percentual do índice. Se somarmos a variação de 15,04% do tomate, a contribuição do grupo alimentos chega a 0,30 ponto percentual, o que representa mais da metade do índice", afirma Heron. Segundo ele, a alta dos alimentos é pontual e está sendo influenciada basicamente pelo clima de São Paulo. "A falta de chuvas em alguns lugares e o excesso em outros está elevando os preços dos hortifrutigranjeiros".



Fonte: FGV e o Centro de Indemização da Gazeta Mercantil. \* Até o 1º quadrimestre do ano anterior

## Desemprego supera período crítico, diz o IBGE

Ana Paula Fernandes  
do Rio



Fonte: IBGE

A taxa média de desemprego, calculada nas seis maiores regiões metropolitanas do País, ficou em 6,5% em março, conforme divulgou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O percentual caiu em relação ao mesmo mês do ano passado, quando a taxa ficou em 8,1%.

Para o chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Neri, o resultado vem reforçar a superação do período crítico do desemprego no País, iniciado em 1998. "Depois de registrar 4,8% em dezembro de 1997, em janeiro do ano seguinte a taxa teve alta de dois pontos percentuais", observou. "Só em dezembro do ano passado, voltou-se ao patamar pré-crise." A taxa de março é a menor para este mês do ano desde 1997, mas Neri avalia que os impactos das turbulências no cenário in-

ternacional, especialmente a crise argentina, sugerem dúvidas quanto ao futuro do mercado de trabalho.

Somados à fragilidade do Brasil em relação ao exterior, Neri considera que o aumento do salário mínimo em abril vai contribuir para maior timidez no recuo das taxas de desemprego, já que os empregadores teriam que arcar com maior volume de recursos para contratação de mão-de-obra.

A economista responsável pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), Shyrlyne Ramos, explicou que o aumento da taxa de desemprego entre fevereiro e março não foi surpresa. Segundo ela, o carnaval contribuiu para que muitas pessoas parassem de procurar emprego em fevereiro.

O contingente que não busca trabalho fica incluído na categoria inativos e não é considerado na população economicamente ativa (PEA). Em março, uma parcela dos inativos voltou a fazer parte da PEA, contribuindo para elevação da taxa de desem-

prego. O número de pessoas procurando trabalho cresceu 14,7% de fevereiro para março e caiu 20% em relação a março do ano passado.

Já o número de pessoas ocupadas aumentou 0,7% entre fevereiro e março e 1,9% na comparação entre março deste ano com o do ano passado. Nessa última comparação, houve também crescimento de 5,6% no número de empregados com carteira assinada, com destaque para São Paulo, onde o incremento atingiu 7,3%. Enquanto isso, a quantidade de empregados sem carteira caiu 1,8%. Em São Paulo, o recuo foi de 1,7%.

A PME não registrou recuperação da renda — para a qual o IBGE só dispõe de dados até fevereiro. Em termos reais, deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), o rendimento médio manteve-se estável de janeiro para fevereiro e caiu ligeiramente (-0,2%) em relação a fevereiro do ano passado. O rendimento médio nominal das pessoas ocupadas

em fevereiro deste ano foi de R\$ 742,25, ou 4,9 salários mínimos.

Para o secretário do Trabalho da prefeitura de São Paulo e especialista em mercado de trabalho, Márcio Pochmann, apesar de o desemprego estar recuando, a manutenção da taxa no patamar de 6%, enquanto a economia cresce por volta de 4%, demonstra que há um problema estrutural. Ele acrescenta que, além da explicação sazonal, a mudança das expectativas dos empresários contribuiu para o aumento do desemprego entre fevereiro e março. "Para reduzir o patamar atual, é necessário um ciclo de crescimento sustentável e os elementos de que dispomos hoje não permitem concluir que estejamos diante disso", afirmou.

Ele disse ainda que não se pode responsabilizar as turbulências externas pela instabilidade que o Brasil vive hoje. "Isso se deve à falta de inserção do país na economia internacional", concluiu.